

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

KRISLÂNE MARIA PEREIRA MESQUITA

**PANORAMA DE RECONFIGURAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS
EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA**

GOIÂNIA
2016

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto
Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas

Prof. Dr. Júlio Orestes da Silva
Coordenador do curso de Ciências Contábeis

KRISLÂNE MARIA PEREIRA MESQUITA

**PANORAMA DE RECONFIGURAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS
EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial ao título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: **Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo**

GOIÂNIA
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Mesquita, Krislâne Maria Pereira

Panorama de reconfiguração dos Passivos Contingentes nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica [manuscrito] / Krislâne Maria Pereira Mesquita. - 2016.
20 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), , Goiânia, 2016.

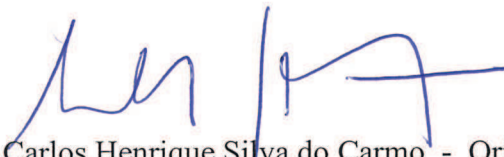
1. Passivo Contingente. 2. Provisão. 3. Setor Elétrico. I. Carmo, Carlos Henrique Silva do, orient. II. Título.

CDU 005

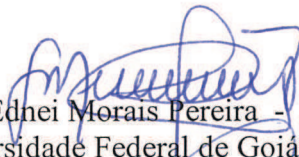
KRISLÂNE MARIA PEREIRA MESQUITA

PANORAMA DE RECONFIGURAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS
EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

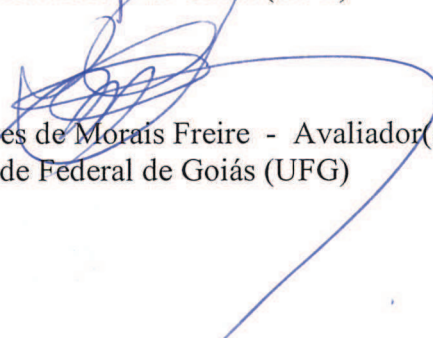
Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo - Orientador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Me. Ednei Moraes Pereira - Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Me. Mac Dayes de Moraes Freire - Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 20 de julho de 2016.

RESUMO

O processo decisório acerca da probabilidade de perda dos Passivos Contingentes exige atenção, tendo em vista a alta representatividade dos mesmos no futuro das organizações, bem como pela existência de diferentes interpretações dos indivíduos envolvidos nesse processo decisório. O presente estudo buscou verificar qual o efeito da reconfiguração dos Passivos Contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica nos anos de 2013 a 2015. Para isso, foi utilizada a abordagem elaborada por Rosa (2014), adaptada para os fins desta pesquisa, na qual os Passivos Contingentes foram reconfigurados para Provisão de acordo com 5 cenários: o Cenário Otimista, o Parcialmente Otimista, o Moderado, o Parcialmente Pessimista e o Pessimista. Após, foram analisados os efeitos da reconfiguração sobre a LG (Liquidez Geral), sobre o EG (Endividamento Geral) e sobre o ROA (*Return on Assets*) das entidades através do teste de Friedman, para verificar a existência de diferenças entre as médias dos indicadores nos cenários estudados. Verificou-se na análise das Notas Explicativas que a participação dos Passivos Contingentes em relação ao Passivo Total chegou a 25,4%, enquanto que as Provisões representaram apenas 6,5% desse total nos anos analisados. Os resultados da pesquisa revelam que há uma diferença significativa entre as médias dos indicadores do Cenário Original (antes da reclassificação) e as médias dos indicadores após a reclassificação dos Passivos Contingentes em todos os cenários analisados. Conclui-se que, caso os preparadores das demonstrações contábeis optassem por reconhecer seus Passivos Contingentes, de acordo com os cenários analisados, a LG poderia ser reduzida até 27,78%, o EG médio das empresas poderia aumentar até 25,64%, e o ROA médio das empresas poderia ser reduzido para até -13,12%, alterando assim, substancialmente o panorama financeiro e de desempenho das empresas do setor. Os achados desta pesquisa servem de alerta aos usuários das demonstrações contábeis ao fazer suas análises acerca do desempenho econômico-financeiro das empresas, devendo os mesmos levarem em consideração os impactos das diferentes interpretações dos indivíduos envolvidos nas decisões acerca das probabilidades de perda das Provisões e dos Passivos Contingentes. A reconfiguração dos Passivos Contingentes é uma maneira de considerar possíveis cenários e pode auxiliar os investidores em suas tomadas de decisão.

Palavras chave: Passivo Contingente, Provisão, Setor Elétrico

1 INTRODUÇÃO

O novo ordenamento contábil brasileiro, introduzido pela Lei 11.638/2007, trouxe a ideia de primazia da essência econômica sobre a da forma jurídica no reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos e transações registrados pela contabilidade. Esse novo ordenamento proporcionou maior flexibilidade aos preparadores das demonstrações contábeis para contornarem possíveis obstáculos estabelecidos por requisitos normativos rígidos que poderiam contradizer a representação fidedigna da realidade econômica da entidade (CARVALHO; CARMO, 2013). Isso implica em um maior poder de uso do julgamento e da subjetividade por parte dos mesmos na elaboração das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis reportam conteúdo informacional relevante, e são utilizadas por diversos usuários para acompanhar o desempenho operacional, lucro, distribuição de dividendos, dentre outras informações da entidade. Lopes e Martins (2007, p. 34) afirmaram que o resultado de uma empresa é função de diversas variáveis, entre elas o cenário econômico.

A atual conjuntura econômica e política do Brasil, caracterizada por alta inflação, diminuição de investimentos, instabilidade e incertezas, cenário de baixo crescimento do PIB, alta taxa de juros, dentre outros fatores, têm impactado os vários setores da economia. São muitas as notícias e reportagens que retratam a realidade vivenciada pelo país (BÔAS; PATU, 2015; CLETO; MACHADO, 2015; MARTELLO, 2016; MOREIRA, 2016). Assim, um cenário econômico e político instável como o vivido atualmente no Brasil (THE ECONOMIST, 2016), pode se tornar um estímulo ao comportamento oportunista por parte dos preparadores das demonstrações financeiras.

Por serem complexas e terem grande representatividade sobre o futuro das empresas, as contingências passivas requerem ampla atenção e conhecimento em relação à sua utilização, pois uma interpretação errônea sobre elas pode levar a alterações nos resultados da entidade, o que poderia afetar seus investidores (POETA, 2012). Ademais, uma interpretação equivocada acerca dos Passivos Contingentes tem como resultado demonstrações financeiras que não refletem a realidade da entidade, o que pode distorcer a tomada de decisão dos investidores acerca da saúde financeira da mesma (ROSA, 2014).

Além disso, o processo decisório acerca dos Passivos Contingentes requer dos elaboradores das demonstrações financeiras o exercício de uma grande quantidade de julgamento, visto que eles deverão estimar não apenas a probabilidade que a perda contingente ocorrerá, mas deverão ainda determinar as definições dos intervalos de probabilidades descritos na norma contábil sobre o assunto (AHARONY; DOTAN, 2004).

Meibak e Viri (2012), em reportagem publicada pelo jornal Valor Econômico, abordaram o fato de as ações da empresa TIM terem caído 3,8% após denúncia sobre irregularidade contábil no reconhecimento de Provisões. A JVCO, acionista minoritária da TIM à época, acusou os administradores da empresa de terem diminuído gradativamente as Provisões para risco tributário. A empresa questionou o fato de que as Provisões contidas no balanço da TIM seriam insuficientes para os riscos divulgados em vários processos tributários. De acordo com a JVCO, em 2009 as Provisões eram equivalentes a 10,65% do risco, e em 2010 foram reduzidas para 6%. A mesma afirmou que se a TIM tivesse assumido uma postura conservadora para o provisionamento, não teria apurado um lucro líquido de R\$ 1,281 bilhão e distribuído R\$ 533 milhões em dividendos no ano de 2011.

Dentre as empresas com maior volume de pagamento de dividendos, destacam-se aquelas do setor de energia elétrica. Taraborelli (2014), em notícia publicada na página do site Brasil Econômico, afirma que as empresas que pagam maiores dividendos são as mais procuradas pelos investidores, especialmente em momentos de baixo crescimento econômico e também de incertezas no cenário político, situações que o país está vivenciando. A notícia apresenta as empresas do setor de energia elétrica como as preferidas entre os investidores que

priorizam este tipo de retorno. Da mesma forma, Yasbek (2015) e Uller (2015) destacam as empresas do setor de energia elétrica no tocante à distribuição de dividendos na atualidade.

Fatores como a possibilidade de comportamento oportunista na classificação das probabilidades definidas para o reconhecimento das Provisões e Passivos Contingentes, bem como as dificuldades de interpretação dos intervalos de probabilidade impostos pela norma, e ainda as diferentes interpretações das incertezas por parte de cada indivíduo têm o potencial de modificar o resultado das empresas, e, conseqüentemente, os dividendos a serem distribuídos pelas mesmas. Logo, os investidores das entidades que distribuem maior volume de dividendos estão mais expostos a esses fatores.

Assim, o presente estudo buscou responder à seguinte questão-problema: **Qual o efeito da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica?** A pesquisa tem como objetivo geral verificar qual o efeito da reconfiguração dos Passivos Contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica nos anos de 2013 a 2015.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Passivos Contingentes e Provisões

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009), “Provisão é um Passivo de prazo e valor incerto”. A norma define ainda o Passivo como uma obrigação presente, derivada de eventos passados, da qual se espera que haja saída de recursos para a sua liquidação e que essa saída de recursos gere benefícios econômicos para a entidade.

Conforme a norma, as Provisões serão reconhecidas apenas quando a entidade tiver uma obrigação presente, derivada de evento passado, e for provável a saída de recursos que compõem os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação. Além disso, a estimativa do valor da obrigação deve ser confiável. Caso estas condições não sejam satisfeitas, não se deve reconhecer a Provisão.

O Passivo Contingente é definido como uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência só será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, os quais não estão sob o total controle da entidade. Ou ainda, uma obrigação presente, resultante de eventos passados, da qual não é provável a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e/ou o valor da obrigação não possa ser mensurado com confiabilidade. Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis das empresas, porém são divulgados em suas Notas Explicativas.

Segundo o CPC 25 (2009), o valor a ser reconhecido na Provisão “dever ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço”. Essa estimativa é o valor que a empresa racionalmente pagaria para liquidar ou transferir a obrigação para terceiros no encerramento do exercício. Para a obtenção da melhor estimativa, os riscos e incertezas provenientes das Provisões e Passivos Contingentes devem ser levados em consideração na mensuração.

Ainda conforme a norma, as estimativas são definidas pelo julgamento da administração, acrescido de experiências com transações análogas, e, quando necessário, por relatórios de peritos independentes. Essas exigências possibilitam melhor qualidade às informações contidas nas demonstrações contábeis.

Apesar das exigências estabelecidas pela norma, estudos na área de evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes têm revelado que as empresas ainda não evidenciam informações com a melhor qualidade e que representem a sua realidade, que as mesmas ainda utilizam nomenclaturas erradas e que, mesmo com o caráter coercitivo do pronunciamento, as entidades não têm atendido ao princípio do *full disclosure* (OLIVEIRA; BENETTI;

VARELA, 2011; FONTELES *et al.*, 2012; SUAVE *et al.*, 2013).

Essa deficiência no *disclosure* e na qualidade das informações pode fazer com que os investidores tenham uma percepção distorcida da realidade econômica e financeira da empresa, e com isso, pode levá-los a tomarem decisões que não seriam as melhores.

2.2. Estudos Anteriores

No Brasil, estudos têm investigado o cumprimento das exigências relativas às Provisões e aos Passivos Contingentes. Observando em suas pesquisas fatores como o não atendimento ao princípio do *full disclosure*, bem como a deficiência na divulgação das informações com a melhor qualidade e que expressem sua realidade das empresas (OLIVEIRA; BENETTI; VARELA, 2011; SUAVE *et al.*, 2013).

Oliveira, Benetti e Varela (2011) analisaram o *disclosure* obrigatório das Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, no final do exercício de 2009 e no primeiro trimestre de 2010, nas 100 maiores empresas em receita líquida sediadas no Brasil e com suas ações negociadas na BM&FBOVESPA. Verificaram que o nível de evidenciação relativa aos requisitos obrigatórios de Passivos e Ativos Contingentes ficou acima de 60%, entretanto, os autores ressaltaram a não divulgação de várias subcategorias de informações, visto que não foi possível saber se o fato ocorreu na empresa ou se a mesma não o divulgou. Quanto às Provisões, os autores verificaram que algumas informações importantes não foram divulgadas, principalmente quanto às incertezas dos valores, natureza da obrigação e cronograma de saída. Os autores concluíram que, mesmo com o caráter coercivo do *disclosure* normativo obrigatório, as empresas não atenderam ao princípio *full disclosure*.

Suave *et al.* (2013) verificaram se as empresas mais negociadas da BM&FBOVESPA no ano de 2011 atendiam às disposições do CPC 25 relativas à divulgação de Passivos Contingentes. Os achados da pesquisa revelaram que quanto aos itens exigidos pelo CPC 25, houve maior evidenciação da descrição da natureza, estimativas de efeitos financeiros, critérios de mensuração e incertezas relacionadas a valores e data de ocorrência. Entretanto, os autores concluíram que muitas companhias ainda não atenderam à divulgação das informações com a melhor qualidade e que expressem sua realidade.

Poeta (2012) buscou verificar como ocorre a interpretação dos termos de probabilidade “provável”, “possível” e “remoto”, contidos no CPC 25, e se existem preferências ou diferenças entre as interpretações feitas a partir desses termos para probabilidades numéricas, e das probabilidades numéricas para esses termos. Para isso, foram elaborados dois testes em que os respondentes, 174 estudantes de graduação em Ciências Contábeis de uma universidade federal cursando a partir do 5º período, encontraram situações que envolviam decisões relacionadas aos Passivos Contingentes. Os resultados encontrados demonstraram que as interpretações verbal-numérica e numérica-verbal podiam envolver processos de julgamento diferentes, o que poderia impactar as demonstrações financeiras das empresas, seja aumentando ou diminuindo seus resultados.

Nesse sentido, no âmbito internacional, Aharoni e Dotan (2004) realizaram um estudo comparando as diferentes interpretações feitas por auditores, gestores e analistas financeiros a respeito das regras de evidenciação contidas no SFAS N° 5, que estabelece o tratamento contábil para as perdas contingentes utilizando-se dos termos “provável”, “possível” e “remoto”. O estudo foi realizado através de questionário, que foi enviado às empresas de auditoria dos EUA e aos gestores e analistas financeiros das maiores empresas americanas. Ao todo, foram recebidos 283 questionários respondidos. Os autores chegaram à conclusão de que os analistas financeiros são, em média, mais conservadores do que os auditores e gestores nas interpretações numéricas dos intervalos de probabilidade “provável” e “remoto”. Destacaram ainda que, na interpretação para o intervalo “remoto”, os usuários são mais rigorosos do que os preparadores das demonstrações. Isto é justificado pelo fato de que, se a

probabilidade de ocorrência da perda contingente é considerada como remota para os preparadores, eles podem omitir inteiramente a informação nas demonstrações financeiras. Assim, os investidores poderiam deixar de ter acesso a informações úteis para a avaliação da empresa.

Os estudos de Poeta (2012) e Aharony e Dotan (2004) reforçaram a existência de diferentes interpretações dos indivíduos em relação aos intervalos de probabilidade existentes no processo decisório acerca das Provisões e Passivos Contingentes, que podem afetar os resultados das empresas, e, conseqüentemente, a avaliação dos investidores a respeito do desempenho econômico-financeiro das mesmas. Vale lembrar ainda que, um cenário econômico e político instável pode ser um incentivo a comportamentos oportunistas por parte dos elaboradores das demonstrações contábeis, visto que poderiam omitir informações úteis para a avaliação da empresa.

Rosa (2014) buscou identificar o panorama dos Passivos Contingentes e mensurar os efeitos da sua reconfiguração na situação econômica de empresas brasileiras. Os Passivos Contingentes foram reclassificados a partir da criação de cenários. Observou-se que as empresas brasileiras apresentavam processos judiciais e administrativos que somaram R\$498 bilhões no ano de 2012. O estudo identificou que as Provisões já contabilizadas, que afetaram o lucro e o patrimônio das entidades, correspondiam a apenas 12% desse total. A autora conclui que a reconfiguração das contingências passivas impactaria o resultado das empresas em todos os cenários utilizados, exceto no cenário otimista (extremo inferior, onde 0% dos passivos contingentes seriam reconfigurados).

Embora o estudo de Rosa (2014) trate da reconfiguração dos Passivos Contingentes, o período utilizado pela autora foi apenas o ano de 2012, não destacando nenhum setor específico. Além disso, o estudo não contemplou os impactos da reconfiguração dos Passivos Contingentes sobre o desempenho econômico-financeiro das empresas.

Apesar da relevância das contingências para as entidades, bem como a atenção que deve ser dada no processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos Passivos Contingentes e Provisões, ainda é pequeno o número de pesquisas no âmbito nacional (POETA, 2012).

3 METODOLOGIA

O presente estudo teve o objetivo de verificar qual o efeito da reconfiguração dos Passivos Contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica nos anos de 2013 a 2015.

Os dados foram coletados através das Notas Explicativas contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) das empresas do setor de energia elétrica no site da BM&FBOVESPA, relativas aos anos de 2013, 2014 e 2015. O universo da pesquisa é formado por 62 empresas que possuíam ações negociadas no período analisado. Do total das empresas, foram retiradas aquelas que não divulgaram Passivos Contingentes no período analisado e ainda as empresas que não divulgaram suas demonstrações em algum ano do referido período. Assim, a amostra desta pesquisa foi composta por 51 empresas. Logo, no total, foram analisadas as Notas Explicativas de 153 demonstrações financeiras publicadas pelas empresas da amostra, durante o período de análise.

Para avaliar o efeito da reconfiguração dos Passivos Contingentes no setor estudado, foi utilizada a abordagem elaborada por Rosa (2014), adaptada para os fins desta pesquisa. A referida abordagem parte da elaboração de 5 cenários criados para reconfigurar os Passivos Contingentes para Provisões, considerando os efeitos dessa reconfiguração no Passivo, no Patrimônio Líquido e no Lucro Líquido. São eles o Cenário Otimista, o Cenário Parcialmente Otimista, o Cenário Moderado, o Cenário Parcialmente Pessimista e o Cenário Pessimista. Essa abordagem busca simular possíveis cenários de julgamento no tocante ao

reconhecimento das Provisões, tendo em vista a expressiva discricionariedade permitida pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 e a consequente possibilidade de erros, inconsistências e deficiências nesse julgamento, conforme relatado em outras pesquisas (AHARONY; DOTAN, 2004; OLIVEIRA; BENETTI; VARELA, 2011; POETA, 2012; SUAVE *et al.*, 2013).

Desta maneira, no Cenário Otimista, apenas 20% dos Passivos Contingentes foram reconfigurados para Provisões; no Cenário Parcialmente Otimista, 40% dos Passivos Contingentes foram reconfigurados para Provisões; no Cenário Moderado, 60% dos Passivos Contingentes foram reconfigurados para Provisões; no Cenário Parcialmente Pessimista, 80% dos Passivos Contingentes foram reconfigurados para Provisões; e por último, no Cenário Pessimista, 100% dos Passivos Contingentes serão reconfigurados para Provisões, conforme a Tabela 1:

Tabela 1: Reclassificação dos Passivos Contingentes para Provisões a partir de cada cenário

Reclassificação de possível para provável	Intervalo
Cenário Otimista	20%
Cenário Parcialmente Otimista	40%
Cenário Moderado	60%
Cenário Parcialmente Pessimista	80%
Cenário Pessimista	100%

Fonte: Adaptado de Rosa (2014).

Após a reclassificação dos Passivos Contingentes em cada cenário, a fim de identificar o efeito da reconfiguração dos mesmos para Provisões no desempenho econômico-financeiro das empresas, foram calculados 3 indicadores. A escolha dos indicadores para verificar o desempenho econômico-financeiro das empresas após a reconfiguração foi definida com base na divisão feita por Assaf Neto (2005), que classifica os mesmos a partir de três grupos: análise de liquidez e equilíbrio financeiro; análise do endividamento e estrutura; e análise do retorno do investimento e lucratividade. Assim, os indicadores escolhidos foram a Liquidez Geral ; o Endividamento Geral; e o *Return on Assets* (ROA), de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1: Indicadores de análise financeira e desempenho utilizados na análise dos cenários

Indicador	Fórmula	Utilização
Liquidez Geral (LG)	Obtido a partir da soma do Ativo Circulante (AC) com o Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP), dividido pelo Passivo Circulante (PC) somado com o Exigível a Longo Prazo (ELP): $LG = \frac{AC + ARLP}{PC + ELP}$	A LG serve para verificar a capacidade financeira da empresa para liquidar suas obrigações para com seus credores tanto no curto quanto no longo prazo (BRAGA, 1999, p. 143).
Endividamento Geral (EG)	Quociente entre o Passivo Total (PT) e o Ativo Total (AT): $EG = \frac{PT}{AT}$	O EG mede a proporção dos Ativos Totais da entidade que são financiados pelos credores (GITMAN, 1997, p. 117).
ROA	Quociente entre o Lucro Líquido (LL) e o Ativo Total (AT): $ROA = \frac{LL}{AT}$	O ROA mede a eficiência total da administração na geração de lucros com seus ativos disponíveis (GITMAN, 1997, p. 123).

Fonte: Autoria própria

A fim de realizar uma análise mais acurada do impacto da reconfiguração dos Passivos Contingentes no setor de Energia Elétrica, optou-se analisar os indicadores para duas amostras: uma considerando todas as empresas do setor de energia elétrica e outra excluindo a Eletrobrás da amostra. Esse procedimento foi utilizado por conta da grande representatividade da Eletrobrás no setor de energia elétrica no Brasil e por considerar que o uso de apenas uma amostra, com todas as empresas, pode enviesar a análise tendo em vista a Eletrobrás ser um notório *outlier* do setor, dado o seu tamanho.

Posteriormente, foi realizado o teste Shapiro-Francia para verificar se as amostras eram provenientes de uma população com uma distribuição normal ou não. O teste foi realizado para cada indicador em todos os cenários estudados, nos anos de 2013 a 2015. Por fim, foi feito o teste não paramétrico de diferença de médias emparelhadas de Friedman, buscando verificar a existência de diferenças entre as médias dos indicadores, considerando os cenários analisados. Determinou-se para os testes o nível de significância de 0,05.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na análise das Notas Explicativas relativas às Provisões e Passivos Contingentes, verificou-se o uso de nomenclaturas que não estão de acordo com o Pronunciamento CPC 25 de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que preceitua que o termo “Provisão” deve ser utilizado apenas para Passivos com prazo ou valor incerto. Assim observou-se que as empresas utilizaram expressões como: Provisão para Férias e 13º, Provisão de Benefícios a Empregados, Provisão para P&D e Provisão para IR, por exemplo, e que algumas empresas ainda utilizam a nomenclatura Provisão para Contingências para se referirem às Provisões. Quanto à Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), a mesma ainda é chamada de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PDD) por 47 empresas, das 51 empresas constantes na amostra, mesmo após se passarem cinco anos desde que a norma entrou em vigor. Esse fato pode servir de alerta para os entes reguladores quanto à adequação das nomenclaturas utilizadas pelas empresas, que podem induzir os usuários ao erro nas avaliações das demonstrações financeiras das mesmas.

Na análise das Notas Explicativas, verificou-se a participação dos Passivos Contingentes de litígios das empresas de energia elétrica conforme sua natureza em “tributários”, “cíveis e outros”, “trabalhistas”, “regulatórios” e “ambientais”, conforme pode ser observado na Tabela 2:

Tabela 2: Participação dos Passivos Contingentes de acordo com a natureza dos litígios (em milhares de R\$)

Ano	Grupos	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e Outros	Regulatórios	Ambientais	Total
2013	Passivos Contingentes	32.420.333	3.086.677	30.145.450	3.490.390	5.059.141	74.201.991
	% em relação ao Total	43,69%	4,16%	40,63%	4,70%	6,82%	100,00%
2014	Passivos Contingentes	42.209.182	5.344.404	40.578.930	5.461.979	1.994.792	95.589.287
	% em relação ao Total	44,16%	5,59%	42,45%	5,71%	2,09%	100,00%
2015	Passivos Contingentes	43.658.055	7.549.216	52.435.216	6.551.746	2.048.814	112.243.047
	% em relação ao Total	38,90%	6,73%	46,72%	5,84%	1,83%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

No ano de 2013, dos mais de R\$ 74,2 bi em litígios divulgados, 43,69% corresponderam a ações de natureza tributária. Em 2014 e 2015, os processos fiscais equivalem a 44,16% e 38,9%, do total dos Passivos Contingentes das empresas, respectivamente. Houve uma queda de 12,31% na participação dos processos tributários em relação ao total de litígios das empresas no período analisado. Esse fato pode ser explicado

pela não atualização dos valores dos litígios tributários, conforme os achados da pesquisa de Rosa *et al.* (2016), que buscou identificar o nível de evidenciação das companhias do setor elétrico da BM&FBOVESPA quanto à sua conduta para com os Passivos Contingentes tributários, tendo em vista as exigências do CPC 25.

Verifica-se ainda uma queda de 272,68% na participação dos Passivos Contingentes ambientais em relação ao total dos litígios das empresas no período analisado, que pode ser explicada pelo fato de os mesmos terem sido reconhecidos como Provisão no período seguinte, conforme constatou Suave *et al.* (2013).

Os litígios de natureza cível também se destacam, com 40,63% em 2013, 42,45% em 2014 e 46,72% em 2015 do total dos Passivos Contingentes. Esses percentuais podem ser explicados pelo fato de muitas empresas divulgarem os processos de natureza cível junto com os processos de natureza regulatória e ambiental, dentre processos de outras naturezas, e assim, denominarem a natureza como “Cíveis e Outros”.

Na Tabela 3, estão apresentados os resultados das medidas de tendência central e de dispersão do Passivo Total (PT), das Provisões (PROV) e do Passivo Contingente (PCONT) da amostra nos anos de 2013 a 2015, contendo os valores da Eletrobrás e sem os valores da referida empresa. Esse procedimento foi realizado para fins de comparação e visou dar maior destaque ao impacto que a Eletrobrás tem no setor de Energia, pois a mesma figura como a maior empresa do setor, seja quando se trata de seu Ativo Total, seja quando se trata seu resultado, tendo em vista que seu Ativo Total chega a ser 12,87 vezes maior do que o Ativo Total médio das empresas estudadas no período analisado, incluindo os seus valores. Quanto ao resultado da Estatal, o mesmo chega a ser negativo na ordem de 75,11 vezes o valor do resultado médio das empresas estudadas no período analisado, incluindo seus valores.

Tabela 3: Estatística descritiva do Passivo Total, das Provisões e Passivo Contingente considerando os valores da Eletrobrás e sem os valores da mesma (em milhares de R\$):

Ano	Grupos	Dados com a Eletrobrás					Dados sem a Eletrobrás				
		Medidas de Tendência Central		Medidas de Dispersão			Medidas de Tendência Central		Medidas de Dispersão		
		Média	Mediana	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
2013	Passivo Total	6.354.590	3.490.301	10.983.790	77.017.093	4.923	4.941.340	3.466.533	4.377.887	22.244.078	4.923
	Provisões	355.795	130.623	856.286	5.718.757	0	248.536	129.261	386.631	2.316.985	0
	Passivo Contingente	1.454.941	343.074	3.288.965	22.174.156	0	1.040.557	295.788	1.449.792	5.659.639	0
	% PROV / PT	0,056					0,050				
	% PCONT / PT	0,229					0,211				
	% PCONT / PROV	4,089					4,187				
2014	Passivo Total	7.585.864	4.434.156	12.664.407	87.783.197	7.731	5.981.917	4.130.913	5.456.910	25.747.108	7.731
	Provisões	461.635	191.989	1.292.641	8.982.446	0	291.219	188.150	440.078	2.660.866	0
	Passivo Contingente	1.874.300	576.245	4.069.197	27.806.774	0	1.355.650	573.465	1.702.190	6.112.453	0
	% PROV / PT	0,061					0,049				
	% PCONT / PT	0,247					0,227				
	% PCONT / PROV	4,060					4,655				
2015	Passivo Total	8.660.080	4.914.901	15.489.076	107.906.186	9.165	6.675.157	4.795.386	6.306.440	30.402.333	9.165
	Provisões	563.075	189.612	1.990.566	14.146.854	0	291.400	189.209	449.674	2.790.081	0
	Passivo Contingente	2.200.844	652.502	4.522.813	31.198.249	0	1.620.896	620.027	1.835.730	6.728.544	0
	% PROV / PT	0,065					0,044				
	% PCONT / PT	0,254					0,243				
	% PCONT / PROV	3,909					5,562				

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que, em relação à amostra com a Eletrobrás, a média do Passivo Total das empresas aumentou de 2013 para 2015 (36,28%). O aumento no Passivo Total do setor pode ser explicado por fatores como a interferência política, através de redução de tarifas, incentivo ao consumo através da redução de tributos dos eletrodomésticos; à falta de chuva, que culminou no uso de usinas termelétricas, que têm maior custo de geração de energia; e atrasos em investimentos, prejudicando o andamento de obras para o fornecimento de energia alternativa (BATISTA, 2014; PIRES, 2016).

Verifica-se ainda, que, ao retirar a Eletrobrás da amostra, há uma redução média de até 29,74% no Passivo Total, em relação à amostra com a Eletrobrás, o que denota o elevado endividamento da referida empresa. O resultado corrobora com a reportagem de Rezende (2016), divulgada pela revista Exame, que afirma que a Eletrobrás é a empresa mais endividada do setor. O alto endividamento da Estatal nos anos estudados pode ser explicado pelo fato de a mesma ser controladora de várias empresas de geração, transmissão e distribuição de energia que apresentam um elevado saldo de dívidas, como a Celg Distribuição, Eletrobrás Amazonas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Rondônia (EXAME, 2014).

Nota-se que o valor médio dos Passivos Contingentes chega a mais de R\$ 2,2 bi, em 2015, considerando os valores referentes à Eletrobrás, que, sozinha, eleva a média dos Passivos Contingentes em 35,78% no referido ano em comparação à amostra sem os seus valores. Isso mostra o elevado valor dos litígios pertencentes à Estatal.

Observa-se que, de modo geral, a média da participação das Provisões em relação ao Passivo Total, tanto nos dados com a Eletrobrás, quanto nos dados sem a Estatal, chega a apenas 6,5%, enquanto que a participação média dos Passivos Contingentes em relação ao Passivo Total chega a 25,4%. Verifica-se também que o valor dos Passivos Contingentes chega a ser, em média, até 5,56 vezes maior do que o valor das Provisões, no período analisado. O resultado corrobora com a reportagem de Torres *et al.* (2015), do jornal Valor Econômico, que mostram o baixo percentual das Provisões em relação aos Passivos Contingentes. Os autores fizeram um levantamento com 89 empresas que integram os índices Ibovespa e IBR-X no ano de 2013. Desse grupo, 84 empresas não-financeiras do levantamento possuíam disputas fiscais de R\$ 223 bilhões, dos quais apenas 7%, foram considerados como de perda provável e por isso estavam provisionados. A fatia restante de R\$ 208 bilhões foi apenas divulgada em Nota Explicativa.

Os valores mínimos das Provisões pertencem à empresa ENEVA, que, em todos os anos da análise, não apresentou nenhum valor reconhecido como Provisão em suas demonstrações financeiras. A empresa alegou em todas elas que “A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para as quais a Administração julga não ser necessária a constituição de qualquer Provisão”.

O valor mínimo dos Passivos Contingentes do ano de 2013 pertence às empresas COELBA, CELPE e COSERN, que informaram em suas Notas Explicativas possuírem Passivos Contingentes, mas não divulgaram valores no referido ano, divulgando os mesmos somente nos anos de 2014 e 2015. Já o valor mínimo dos anos de 2014 e 2015 pertencem à empresa Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A, que divulgou o valor de seus Passivos Contingentes apenas no ano de 2013.

Tabela 4: Análise de Quartil (em milhares de R\$)

Ano	Grupos	QUARTIL COM A ELETROBRÁS				QUARTIL SEM A ELETROBRÁS			
		1	2	3	4	1	2	3	4
2013	Passivo Total	2.092.650	3.490.301	7.568.802	77.017.093	2.089.846	3.466.533	7.233.596	22.244.078
	Provisões	36.114	130.623	388.875	5.718.757	35.542	129.261	346.088	2.316.985
	Passivo Contingente	71.716	343.074	1.866.946	22.174.156	70.870	295.788	1.323.553	5.659.639
2014	Passivo Total	2.363.072	4.434.156	8.921.194	87.783.197	2.337.684	4.130.913	8.780.552	25.747.108
	Provisões	50.202	191.989	460.627	8.982.446	49.163	188.150	453.008	2.660.866
	Passivo Contingente	108.614	576.245	2.080.963	27.806.774	103.114	573.465	1.877.348	6.112.453
2015	Passivo Total	2.564.290	4.914.901	10.123.372	107.906.186	2.544.099	4.795.386	9.754.237	30.402.333
	Provisões	47.555	189.612	471.427	14.146.854	47.433	189.209	425.717	2.790.081
	Passivo Contingente	288.028	652.502	3.009.856	31.198.249	260.508	620.027	2.664.230	6.728.544

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se na Tabela 4 que, na análise dos quartis com a Eletrobrás, em todos os anos analisados, 75% das empresas (3º quartil) possuem um Passivo Total abaixo de 10% do valor máximo, que pertence à Estatal. Ao retirá-la da amostra, 75% das empresas passam a ter até 34,1% do valor do Passivo Total máximo. O resultado ratifica o elevado endividamento em que se encontra a Eletrobrás.

Em relação às Provisões, na análise dos quartis com a Eletrobrás, 75% das empresas (3º quartil), em todos os anos analisados, possuem Provisões inferiores a 7% do valor máximo, ao passo que, sem a Eletrobrás, 75% da amostra passa a ter até 15,23% do valor máximo das Provisões.

Quanto aos Passivos Contingentes da amostra com a Eletrobrás, observa-se que 75% das empresas analisadas (3º quartil) possuem um Passivo Contingente inferior a 9,7% do valor máximo, que também refere-se à Eletrobrás. Enquanto que, na amostra sem a referida empresa, o Passivo Contingente de 75% das empresas chega a 39,6% do valor do Passivo Contingente máximo.

Tabela 5: Média dos indicadores em cada cenário e Teste de Friedman da amostra com a Eletrobrás

Indicador	Ano	CENÁRIOS						Teste de Friedman P-Value
		Original	Otimista	Parcialmente Otimista	Moderado	Parcialmente Pessimista	Pessimista	
LG	2013	0,9155	0,8785	0,8475	0,8207	0,7972	0,7763	0,0000
	2014	0,9214	0,8707	0,8314	0,7987	0,7706	0,7460	0,0000
	2015	0,8813	0,8245	0,7819	0,7467	0,7164	0,6897	0,0000
EG	2013	62,34%	64,54%	66,75%	68,96%	71,16%	73,37%	0,0000
	2014	63,53%	66,47%	69,41%	72,34%	75,28%	78,22%	0,0000
	2015	64,28%	67,57%	70,87%	74,17%	77,46%	80,76%	0,0000
ROA	2013	4,40%	2,19%	-0,02%	-2,22%	-4,43%	-6,64%	0,0000
	2014	6,54%	3,60%	0,66%	-2,28%	-5,22%	-8,15%	0,0000
	2015	3,37%	0,07%	-3,23%	-6,52%	-9,82%	-13,12%	0,0000

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 5 que a média da Liquidez Geral (LG) das empresas no Cenário Original indica que elas conseguem honrar, em média, 91,55%, 92,14% e 88,13% das suas obrigações para com terceiros, seja de curto ou de longo prazo nos anos de 2013, 2014 e 2015. Após a reclassificação dos Passivos Contingentes de acordo com cada cenário, verifica-se que, caso os gestores classificassem a probabilidade de perda de 20% dos Passivos Contingentes de possível para provável (Cenário Otimista), a capacidade das empresas de honrar suas obrigações seria reduzida em até 6,89% em comparação ao Cenário Original.

Verifica-se que o Endividamento Geral (EG) médio das empresas no Cenário Original chega a 64,28%. Esse resultado denota o alto endividamento em que se encontra o setor, e mostra a elevada participação do Capital de Terceiros no financiamento do Ativo Total das empresas do mesmo. No Cenário Pessimista, caso os gestores optassem por reconhecer todos os Passivos Contingentes das empresas, a participação do Capital de Terceiros no financiamento das mesmas subiria para até 80,76%.

O ROA médio das empresas varia de 3,37% a 6,54%, no Cenário Original, o que indica que, no período analisado, para cada R\$ 1,00 que as empresas investiram em seus ativos, as mesmas obtiveram uma média de, no máximo, cerca de R\$ 0,065 de retorno. Verifica-se que, já no Cenário Otimista, onde 20% dos Passivos Contingentes teriam a estimativa de perda reclassificada de possível para provável, as empresas teriam um ROA médio de até 0,07%.

O teste de Friedman demonstra que existe uma diferença significativa entre a média dos indicadores no Cenário Original (antes da reclassificação) e a média dos indicadores após a

reclassificação dos Passivos Contingentes em todos os cenários analisados (Otimista, Parcialmente Otimista, Moderado, Parcialmente Pessimista e Pessimista). Esse resultado corrobora com o estudo de Rosa (2014), que verificou a existência de diferenças entre as médias tanto do Resultado quanto do PL antes e após a reclassificação, originando evidências de que os efeitos econômicos dos Passivos Contingentes das empresas são significativos para todos os cenários estudados pela autora, exceto quando não fosse reconfigurado nenhum valor relativo aos Passivos Contingentes.

Isso significa que, caso os preparadores das demonstrações contábeis optassem por reconhecer seus Passivos Contingentes, a capacidade financeira média das empresas para liquidar suas obrigações para com seus credores tanto no curto quanto no longo prazo (LG) poderia ser reduzida até 27,78%. O Endividamento Geral médio das empresas poderia aumentar até 25,64%, e o ROA médio das empresas poderia ser reduzido para até -13,12% no período analisado, alterando assim, substancialmente o panorama financeiro e de desempenho das empresas do setor.

Tabela 6: Média dos indicadores em cada cenário e Teste de Friedman sem a Eletrobrás

Indicador	Ano	CENÁRIOS						Teste de Friedman P-Value
		Original	Otimista	Parcialmente Otimista	Moderado	Parcialmente Pessimista	Pessimista	
LG	2013	0,9104	0,8739	0,8434	0,8172	0,7942	0,7737	0,0000
	2014	0,9189	0,8684	0,8294	0,7971	0,7693	0,7450	0,0000
	2015	0,8809	0,8240	0,7814	0,7463	0,7161	0,6896	0,0000
EG	2013	62,47%	64,66%	66,85%	69,03%	71,22%	73,41%	0,0000
	2014	63,59%	66,51%	69,43%	72,35%	75,27%	78,19%	0,0000
	2015	64,12%	67,40%	70,68%	73,96%	77,24%	80,52%	0,0000
ROA	2013	4,57%	2,39%	0,20%	-1,99%	-4,17%	-6,36%	0,0000
	2014	6,71%	3,79%	0,87%	-2,05%	-4,97%	-7,89%	0,0000
	2015	3,63%	0,35%	-2,93%	-6,20%	-9,48%	-12,76%	0,0000

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se na Tabela 6 que os valores relativos à média da LG e do EG das empresas sem a Eletrobrás não sofreram variação significativa em relação à média da LG e do EG com a Estatal, mesmo após a reclassificação dos Passivos Contingentes. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de todo o setor estar com um elevado saldo de dívida, conforme reportagem de Rezende (2016), divulgada pela revista Exame. Além disso, apesar de a Eletrobrás estar altamente endividada, a média da LG e do EG da mesma não sofreu variação significativa em relação à média do setor por conta do tamanho de seu Ativo.

O ROA médio das empresas sem a Eletrobrás sofreu uma variação positiva de 4,40%, 3,29% e 2,82% nos anos de 2013, 2014 e 2015, respectivamente, em relação à média do ROA com a Eletrobrás. Isso pode ser explicado pelo fato de a Estatal ter amargado elevados prejuízos em todos os anos analisados.

Em relação ao teste de Friedman, observou-se que, mesmo depois de retirar a Estatal da amostra, existe uma diferença significativa entre a média dos indicadores no Cenário Original (antes da reclassificação) e a média dos indicadores após a reclassificação dos Passivos Contingentes em todos os cenários analisados (Otimista, Parcialmente Otimista, Moderado, Parcialmente Pessimista e Pessimista). Isso que significa que a LG seria reduzida para até 68,96%, o ROA seria reduzido para até -12,76%, e o EG aumentaria para até 80,52%, no período analisado.

Os resultados desta pesquisa reforçam o impacto que as diferentes interpretações dos indivíduos envolvidos no processo decisório acerca das Provisões e Passivos Contingentes podem ter nos resultados das empresas, tendo em vista a alta subjetividade existente nas definições das probabilidades de perdas dos litígios das mesmas.

Assim, tais resultados servem como alerta aos usuários das demonstrações contábeis quando fazem suas análises, pois os mesmos deveriam levar em consideração as diferentes

interpretações acerca das perdas das Provisões e dos Passivos Contingentes e seus impactos no desempenho reportado pelas organizações. A reconfiguração das Provisões e dos Passivos Contingentes é uma maneira de considerar possíveis cenários ao fazer análises acerca do desempenho econômico-financeiro das empresas, contribuindo para melhorar a acurácia de suas decisões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral verificar qual o efeito da reconfiguração dos Passivos Contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica nos anos de 2013 a 2015.

Na análise das Notas Explicativas, verificou-se o uso de nomenclaturas em desacordo com o pronunciamento CPC 25 (2009), mesmo após se passarem cinco anos desde que a norma entrou em vigor. Esse fato pode servir de alerta para os entes reguladores quanto à adequação das nomenclaturas utilizadas pelas empresas, que podem induzir os usuários ao erro em suas avaliações das demonstrações financeiras das mesmas.

Em relação à natureza dos litígios do setor, verificou-se uma queda de 12,31% na participação dos processos tributários em relação ao total de litígios das empresas no período analisado, que possivelmente ocorreu por conta da falta de atualização dos valores dos litígios tributários, conforme relata Rosa *et al.*(2016) em seus achados. E ainda uma queda de 272,68% na participação dos Passivos Contingentes ambientais em relação ao total dos litígios das empresas no período analisado, que pode ser explicada pelo fato de os mesmos terem sido reconhecidos como Provisão no período seguinte, conforme constatou Suave *et al.* (2013).

Quanto à análise do Passivo Total médio, em relação à amostra com a Eletrobrás, verificou-se que houve um aumento de 36,28% de 2013 a 2015, que pode ter sido causado por fatores como a interferência política na redução de tarifas; pelo incentivo ao consumo através da redução de tributos dos eletrodomésticos; à falta de chuva, que culminou na utilização de energia das termelétricas, com maior custo de geração de energia; e ainda por atrasos em investimentos, prejudicando o andamento de obras para o fornecimento de energia alternativa (BATISTA, 2014; PIRES, 2016).

Verificou-se ainda, que, ao retirar a Eletrobrás da amostra, houve uma redução média de até 29,74%, no valor do Passivo Total em relação à amostra com a Eletrobrás. Os resultados denotam o elevado endividamento da referida empresa, que pode ser explicado pelo fato de a mesma ser controladora de várias empresas de geração, transmissão e distribuição de energia que apresentam um considerável saldo de dívidas, como a Celg Distribuição, Eletrobrás Amazonas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Rondônia (EXAME, 2014).

Observou-se que, em ambas as amostras, com e sem a Eletrobrás, a média da participação das Provisões em relação ao Passivo Total, chega a apenas 6,5%, enquanto que a participação média dos Passivos Contingentes em relação ao Passivo Total chega a 25,4%. Observou-se ainda que o valor dos Passivos Contingentes chega a ser, em média, até 5,56 vezes maior do que o valor médio das Provisões no período analisado. Esses resultados indicam o tamanho representativo de Passivos que não estão reconhecidos nos balanços das empresas e serve de alerta para os usuários das demonstrações contábeis.

O teste de Friedman revelou que existem diferenças entre as médias dos indicadores no Cenário Original e as médias dos indicadores após a reclassificação dos Passivos Contingentes em todos os cenários analisados (Otimista, Parcialmente Otimista, Moderado, Parcialmente Pessimista e Pessimista). Os achados revelam que, caso os preparadores das demonstrações contábeis optassem por reconhecer seus Passivos Contingentes, a capacidade financeira média das empresas para liquidar suas obrigações para com seus credores tanto no curto quanto no longo prazo (LG) poderia ser reduzida até 27,78%. O EG médio das empresas

poderia aumentar até 25,64%, e o ROA médio das empresas poderia ser reduzido para até -13,12% no período analisado, alterando consideravelmente o panorama financeiro e de desempenho das empresas do setor.

Os resultados da pesquisa ratificam o impacto que diferentes interpretações dos indivíduos envolvidos no processo decisório acerca das Provisões e Passivos Contingentes podem ter nos resultados das organizações, tendo em vista a alta subjetividade existente no processo decisório sobre as probabilidades de perdas dos litígios das mesmas. Servem ainda de alerta aos usuários das demonstrações contábeis ao fazer suas análises a respeito do desempenho econômico-financeiro das empresas, devendo os mesmos levarem em consideração os impactos dessas diferentes interpretações. A reconfiguração dos Passivos Contingentes é uma maneira de considerar possíveis cenários e pode auxiliar os investidores em suas tomadas de decisão.

Esta pesquisa limitou-se a estudar os efeitos da reconfiguração dos Passivos Contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas do setor de energia elétrica. Para estudos futuros, sugere-se a aplicação desta metodologia em outros setores para verificar se também há impacto nos indicadores econômico-financeiros dos mesmos após a reconfiguração dos Passivos Contingentes.

REFERÊNCIAS

AHARONY, J.; DOTAN, A.. A comparative analysis of auditor, manager and financial analyst interpretations of SFAS 5 disclosure guidelines. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 31, p. 475-504, abr. 2004.

As empresas mais endividadas do Brasil em 2013. **Exame**, São Paulo, set. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/noticias/as-empresas-mais-endividadas-do-brasil-em-2013#9>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

ASSAF NETO, A.. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2005.

BATISTA, H. G. Entenda a crise do setor elétrico. **O Globo**, São Paulo, mar. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/entenda-crise-nosetor-eletrico-11977540#ixzz343CfCgRs>>. Acesso em: 27 maio 2016.

BÔAS, B. V.; PATU, G. Economia brasileira cai 1,7% no 3º trimestre e prolonga recessão. **Folha de S. Paulo**, Rio de Janeiro, dez. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1713337-economia-brasileira-cai-17-no-3-trimestre-e-prolonga-recessao.shtml>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS - BM&FBOVESPA. **Empresas Listadas**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?segmento=Energia+El%C3%A9trica&idioma=pt-br>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRAGA, H. R.. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRAZIL'S fall. **The Economist**, Londres, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21684779-disaster-looms-latin-americas-biggest-economy-brazils-fall>>. Acesso em: 04 de fev. 2016.

CARVALHO, N.; CARMO, C.H.S. A primazia da essência sobre a forma na prática contábil. In: PINTO, A. et al. **Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos**. São Paulo: Dialética, 2013. v. 4. p. 237-250.

CLETO, P. ; MACHADO, M. Fitch rebaixa rating e Brasil perde grau de investimento. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 de dez. de 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/4360470/fitch-rebaixa-rating-e-brasil-perde-grau-de-investimento>>. Acesso em: 04 de fev. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico nº 25: provisões, passivos contingentes e ativos Contingentes. (CPC 25)**, 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

FÁVERO, L. P. L. et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2009.

FONTELES, I. et al. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2012.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTELO, A. Mercado vê mais inflação e resultado pior do PIB em 2016 e 2017. **G1**, Brasília, fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/02/mercado-ve-mais-inflacao-e-resultado-pior-do-pib-em-2016-e-2017.html>>. Acesso em: 07 de fev. 2016.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEIBAK, D.; VIRI, N. Ações da TIM recuam 3,8% após denúncia sobre irregularidade contábil. **Valor Econômico**, São Paulo, out. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2852804/acoes-da-tim-recuam-38-apos-denuncia-sobre-irregularidade-contabil>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

MOREIRA, C. FMI piora projeções para economia do Brasil e deixa de ver crescimento em 2017. **UOL**, São Paulo, jan. 2016. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2016/01/19/fmi-piora-projecoes-para-economia-do-brasil-e-deixa-de-ver-crescimento-em-2017.htm>>. Acesso em: 07 de fev. 2016.

OLIVEIRA, A. F. de; BENETTI, J. E.; VARELA, P. S.. Disclosure das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBOVESPA. In: CONGRESSO ANPCONT, 5., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: ANPCONT, 2011.

PIRES, A. O setor elétrico brasileiro e a falta de planejamento. **Valor Econômico**, São Paulo, fev. 2016. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/opiniaio/4437518/o-setor-eletrico-brasileiro-e-falta-de-planejamento>>. Acesso em: 27 de maio 2016.

POETA, F. Z. **Julgamento relacionado às contingências**: mensuração e análise das expressões verbais de probabilidades relativas ao passivo contingente. Florianópolis, 2012. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.

REZENDE, V.. Setor elétrico tem dívida 13,5% maior em 2015 ante 2014. **Exame**, São Paulo, abr. 2016, Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/setor-eletrico-tem-divida-13-5-maior-em-2015-ante-2014>>. Acesso em: 13 de jun. 2016.

ROSA, C. A. da. **Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil**. Florianópolis, 2014. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.

ROSA, P. A. et al. **Evidenciação dos passivos contingentes tributários**: comparação das informações divulgadas em notas explicativas e formulário de referência. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 16, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016.

SUAVE, R. et al. Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBOVESPA. **Revista da UNIFEBE**. v. 1, n. 11, p. 1-17, jan./jul. 2013.

TARABORELLI, A. Setor elétrico é o que paga mais dividendo no ano. **Brasil Econômico**, São Paulo, ago. 2014. Disponível em: < <http://brasileconomico.ig.com.br/financas/2014-08-14/setor-eletrico-e-o-que-paga-mais-dividendo-no-ano.html>>. Acesso em: 18 de nov. 2015.

TORRES, F.; IGNACIO, L.; BAETA, Z. Julgamento anulado não afetará balanços. **Valor Econômico**, São Paulo, abr. 2015. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/brasil/3998336/julgamento-anulado-nao-afetara-balancos>>. Acesso em: 27 de maio 2016.

ULLER, L. P. Especialista lista as maiores pagadoras de dividendos que você tem que ter. **InfoMoney**, São Paulo, abr. 2015. Disponível em: < <http://m.infomoney.com.br/onde-investir/acoes/noticia/4004523/especialista-lista-maiores-pagadoras-dividendos-que-voce-tem-que-ter>>. Acesso em: 18 de nov. 2015.

YAZBEK, P. As ações pagadoras de dividendos mais indicadas para janeiro. **Exame**, São Paulo, jan. 2015. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/as-acoes-pagadoras-de-dividendos-mais-indicadas-para-janeiro>>. Acesso em: 18 de nov. 2015.